



O silêncio dos não inocentes

O setor financeiro e os demais poderes sociais vão manter o silêncio?

Uma das características do nosso tempo presente é a matematização da economia e do direito, um embeberar as humanidades em cientificismo, uma espécie de formalismo geral. Os números na planilha e as estruturas normativas valem mais que os fatos na realidade, mesmo que o país esteja literalmente em chamas — e nunca na nossa história recente isso foi tão literal. Ao que parece o setor financeiro brasileiro está em estado de negação, não está precificando o caos institucional, jurídico e econômico.

A suprema corte já congelou bens de uma empresa estrangeira, decretou crédito extraordinário para o combate às queimadas e para lidar com outros casos análogos. O poder executivo está confiscando “dinheiro esquecido”, usando o dinheiro de Itaipu para fazer obras em Belém — provavelmente pensando na COP 30, e na prática está totalmente fora da meta fiscal. Independentemente do que digam os números, os gastos públicos estão

exorbitantes e a arrecadação não é a esperada.

Para compensar, o poder executivo tenta a todo custo manter gastos fora do teto, manobrando com o legislativo e o judiciário os freios e contrapesos orçamentários para impedir o gasto desenfreado. Como já mencionado, a percepção do mercado financeiro brasileiro não depende dos fatos, depende de alguns números nas planilhas, normas aparentemente funcionais e favores para nossos campeões nacionais.

Enquanto os bancos têm lucros exorbitantes, a mídia fala em defesa da democracia e finge não entender o ímpeto ditatorial de Marina Silva — que fala em confisco de terras em um país que depende do agronegócio, fala em responsabilizar produtores e a sociedade.

O dólar parece disparar quando Lula fala alguma bobagem, mas se mantém estável diante da corrosão dos fundamentos macroeconômicos nacionais, ameaças de confisco e insegurança jurídica.

O otimismo meia bomba da OCDE não se dissipa diante de incêndios em grande escala em uma nação exportadora de commodities? É seguro investir em um país onde um produtor pode perder a suas terras para a união, ou uma ordem judicial pode confiscar ou congelar bens?

Gostemos ou não, seja democrático ou autoritário — ou qualquer outro termo em circulação no debate público brasileiro —, o Brasil está quebrando, com um povo sobrecarregado com impostos, empreendedores sendo sufocados e

agora com uma crise enorme no agronegócio. As recuperações judiciais no agronegócio têm menos repercussão que questões ambientais, que estímulos à “cruzada do net zero” — e agora quem sabe, caça aos terroristas climáticos.

Nada disso mobiliza os setores sociais e produtivos do Brasil? Foram todos imobilizados ou recebem favores dos donos do poder?

É tragicômico que esse silêncio dos não inocentes, dos que apoiaram a ascensão de Lula até a presidência em breve se transformará em gritos, palavras de ordem, basta os números na planilha terem suas maquiagens derretidas. Em 2025 não teremos mais dinheiro esquecido para ser confiscado, a arrecadação não subiu e o populismo tende a aumentar substancialmente — e então o silêncio dos não inocentes se quebrará.